

FATORES ENDÓGENOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE - PR

Sandra Regina da Silva Pinela¹

Jandir Ferrera de Lima²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar os fatores que afetam o desenvolvimento econômico e social do município de Ouro Verde do Oeste (PR) e discutir os mecanismos para fortalecer a sua inserção na economia regional. Para isso, optou-se por pesquisa de enfoque qualitativo, baseada em dados sistematizados de fontes oficiais, em revisão bibliográfica das contribuições contemporâneas sobre desenvolvimento regional e questões do Paraná, bem como em pesquisa de campo. Os resultados mostraram que o município apresenta dificuldades no emprego e na renda, o que provoca o deslocamento da mão de obra para outras regiões em busca de colocação no mercado de trabalho e melhores oportunidades. Esse problema demonstra a necessidade da intervenção do governo municipal em criar estratégias, a partir de fatores endógenos, no sentido de reduzir as desigualdades no território e promover o desenvolvimento local. Algumas soluções foram apontadas, mas dependem de políticas públicas de direcionamento dos esforços da comunidade para esse propósito, serem capazes de motivar o sentimento de pertencer e gerar resultados positivos no longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local. Políticas Públicas. Fatores Endógenos.

ENDOGENOUS FACTORS FOR THE LOCAL DEVELOPMENT OF OURO VERDE DO OESTE MUNICIPALITY IN PARANA STATE – BRAZIL

ABSTRACT: The objective of this work is to analyze the factors which affect the economic and social development of the municipality of Ouro Verde do Oeste (Parana State) and discuss the mechanisms to strengthen its inclusion in the regional economy. For this, qualitative research was chosen, based on systematic data from official sources, references of contemporary contributions on regional development and issues of Parana State, as well as in field research. The results showed that the municipality has difficulties in employment and income, which causes the displacement of manpower to other regions in search of placement in the labor market and better opportunities. This problem demonstrates the necessity of intervention by the municipal government in creating strategies, starting from endogenous factors, to reduce inequalities in the territory and promote local development. Some solutions were pointed out, but they rely on public policies which drive community efforts for this purpose, being able to motivate a sense of belonging and generate positive results in the long term.

KEYWORDS: Local Development. Public Policies. Endogenous factors.

INTRODUÇÃO

Com a dimensão espacial do Brasil, promover a formação de territórios dinâmicos é um desafio, devido aos problemas relacionados às desigualdades. Eles envolvem soluções que consideram as dinâmicas das economias regionais e promovem a integração. Essa ideia vai além do aspecto puramente econômico e abrange questões sociais e culturais, incluindo a ação das instituições públicas e privadas. A integração de regiões promove o processo de desenvolvimento econômico e social virtuoso e depende de mecanismos compensatórios para as mais retardatárias, que fortaleçam a convergência dos seus dinamismos socioeconômicos (FERRERA DE LIMA e ALVES, 2012).

O Estado do Paraná é privilegiado em relação à maioria dos estados brasileiros por possuir 92% dos seus 399 municípios com índices de desenvolvimento considerados moderados e altos. Na média nacional, esse percentual é de 62,7%. Apesar disso, o estado possui desigualdades preocupantes, pois a maioria de seus principais municípios apresenta uma concentração relativa de renda considerada média e apenas 10% deles com um bom perfil distributivo (FIRJAN, 2014; FERRERA DE LIMA e ALVES, 2012).

De acordo com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2014), nos últimos anos a Mesorregião Geográfica Oeste paranaense vem apresentando municípios com alto desenvolvimento. Esta mesorregião é composta por 21 municípios, na qual se insere Ouro Verde do Oeste, objeto deste estudo (Figura 1). Ele foi desmembrado de Toledo e instalado em janeiro de 1990, distante da capital Curitiba em quase 556 quilômetros e de Toledo em 20 quilômetros.

Nesta região existe uma dinâmica de fluxo das pessoas que moram em Ouro Verde do Oeste para Toledo, que é considerado um polo de desenvolvimento na região e oferece maior acesso aos bens de consumo e serviços, à saúde, à educação e ao emprego. Isso implica numa dependência econômica de um município periférico (Ouro Verde do Oeste) a um polo (Toledo) e denota a ausência de fatores endógenos que promovam o desenvolvimento local em Ouro Verde do Oeste, ou seja, uma fragilidade da economia local.

Segundo Oliveira e Ferrera de Lima (2012), os fatores endógenos local promovem melhores técnicas e habilidades dos atores locais para gerar conhecimento, aprendizagem cumulativa e maior capacidade de tomada de decisão para inovar constantemente. A falta desses fatores tem como consequência, no longo prazo, a perda de desempenho econômico de toda a região.

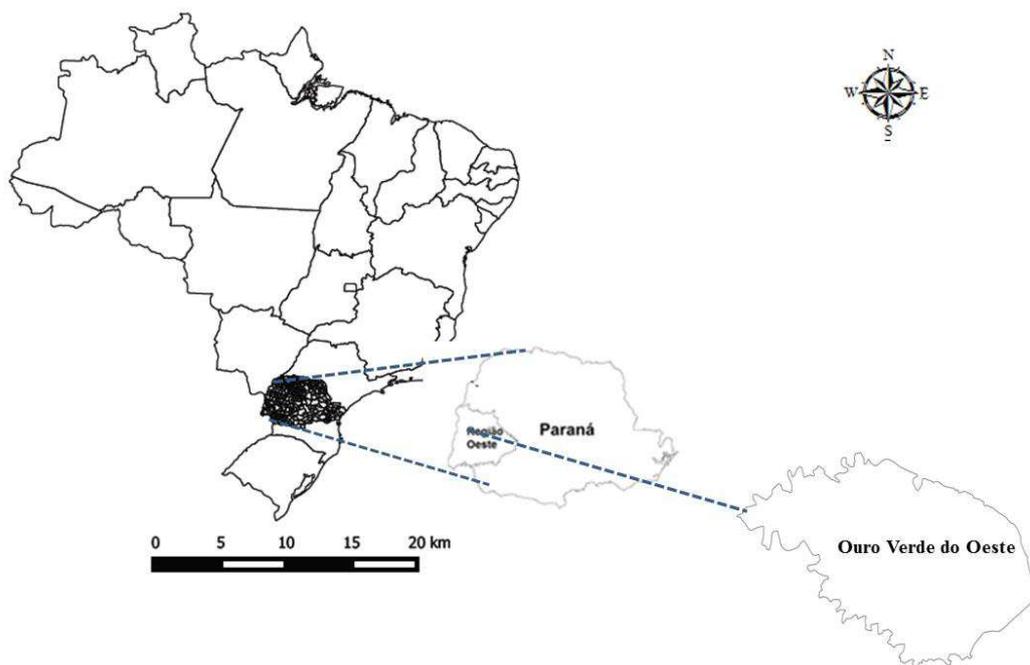


Figura 1 - Localização do município de Ouro Verde do Oeste

Fonte: Adaptado de IBGE (2014) e Ipardes (2014).

A percepção do problema de possível dependência econômica de Ouro Verde do Oeste em relação a Toledo faz suscitar a seguinte questão de pesquisa: Que fatores afetam a economia local do município e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento social?

A resposta a esse questionamento poderá auxiliar os tomadores de decisão em políticas públicas no sentido de definirem ações prioritárias para o desenvolvimento econômico e social do município de Ouro Verde do Oeste, beneficiando a sociedade.

Academicamente, a pesquisa se justifica por oferecer um diagnóstico sobre os problemas que um território sofre e suas conseqüências para o desenvolvimento regional, servindo de base para novas pesquisas.

Objetivos

O objetivo geral deste artigo é analisar os fatores que afetam o desenvolvimento econômico e social do município de Ouro Verde do Oeste (PR) e discutir os mecanismos para fortalecer a sua inserção na economia regional.

Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) levantar os indicadores de desempenho sócio-econômico de Ouro Verde do Oeste, com foco no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

- b) Identificar os principais fatores que afetam o desenvolvimento do município.
- c) Discutir estratégias de solução aos problemas e promoção ao desenvolvimento local.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho tem enfoque qualitativo, pois expressa o significado dos fenômenos do mundo social. Esse tipo de pesquisa tem o objetivo de reduzir a distância entre a teoria e a prática. Possui um conjunto de características, como: o caráter descritivo; o enfoque indutivo; o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; a preocupação do investigador quanto ao significado que as pessoas dão às coisas e à vida (MAANEN, 1979; GODOY, 1995).

A pesquisa se desenvolveu nos meses de agosto a dezembro de 2014 e ficou definida como de amostragem não probabilística, devido aos autores selecionarem por tipicidade os sujeitos a serem investigados.

Quanto aos meios, a pesquisa se deu por revisão das contribuições contemporâneas sobre desenvolvimento regional e questões regionais do Paraná. Também a documental, com base em informações sistematizadas, de fontes oficiais, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), entre outras, como da FIRJAN e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A pesquisa de campo ocorreu no mês de novembro de 2014, e instrumento de coleta de dados foi a entrevista não estruturada, aplicada às lideranças do município de Ouro Verde do Oeste. As entrevistas foram resumidas quanto ao original, preservando arquivos daquelas que puderam ser gravadas.

A análise dos dados se deu a partir do que Roesch (1999) propõe como Análise de Conteúdo. A técnica utilizada foi a de explorar as informações e dados disponíveis nas entrevistas, classificá-los em categorias de conteúdo, obtido a partir do estudo das figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, manifestos dos entrevistados e, assim, as conclusões foram extraídas.

DESENVOLVIMENTO LOCAL: ELEMENTOS PARA DINAMIZAR O EMPREGO E RENDA

Na dinâmica global, as economias regionais estão à deriva de um ambiente hostil, forçadas à rápida adaptação para serem autossuficientes na oferta de emprego bem remunerado e intelectualmente e socialmente satisfatório, no sentido de reter população e serviços (SORENSEN, 2010).

A transformação global produz corredores de desenvolvimento, que representam a geografia do poder econômico e até mesmo da polarização no espaço, porque os custos reduzidos de produção associados aos retornos de escala e custos de serviços poucos significativos tendem a gerar concentração geográfica dos agentes econômicos e organizações espaciais da economia. (SORENSEN, 2010; FERRERA DE LIMA, 2011).

Em confronto à ideia de concentração, Ferrera de Lima (2011) afirma que existem territórios periféricos que estão fora dos corredores de desenvolvimento e possuem uma dinâmica diferenciada. Nesses espaços, geralmente as empresas são bem estruturadas, os empresários inovadores, os recursos qualificados e, alto nível de investimentos em educação. Seus capitais e suas empresas tendem a se integrar na economia dominante e não a se isolar.

Ao analisar os países de baixa e média renda, Scott (2003) argumenta que as regiões servem de instrumentos potentes para os processos de desenvolvimento e crescimento no plano nacional e deixam de ser vistas como receptáculos geográficos passivos da atividade produtiva. Haddad (2009) faz uma reflexão sobre a realidade brasileira e assegura que o desenvolvimento regional é promovido fundamentalmente pela formulação e implementação de políticas, programas e projetos concebidos e implantados a partir da atuação das sociedades locais. O papel do Estado fica reservado para as parcerias nesse processo. No entanto, Brandão (2007) alerta que as políticas regionais podem ter um formato que acentua as desigualdades regionais, o que leva as forças de mercado a reforçar as regiões mais modernas em detrimento das mais atrasadas. Ainda, o autor ressalta que as especificidades de um país subdesenvolvido devem ser consideradas no sentido de se evitar comparações simplistas com as experiências internacionais, principalmente em relação aos países com história e inserção econômica capitalista diferentes.

O local, como abordagem de desenvolvimento, mostra um recorte geográfico para a sua análise e, ao mesmo tempo, dada a especificidade dos espaços, evidencia um recorte conceitual e analítico das correntes das escolas evolucionistas e institucionalista, que destacam os fatores endógenos no desenvolvimento local e regional. Esta abordagem é

considerada como mesoanalítica e está situada entre os níveis macro e microeconômico (JOYAL, 2014).

De acordo com Amaral Filho (2001), um modelo de desenvolvimento endógeno está associado ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local, ou seja, a um sistema com coerência interna, aderência ao local e sintonia com o movimento mundial dos fatores. O autor ainda argumenta que o grau de autonomia desses sistemas decorre das numerosas inter-relações entre as empresas e os diferentes setores produtivos locais, e entre o sistema produtivo, o ambiente e o contexto local.

O caráter endógeno, também se interessa pelos fatores que influenciam a história de desenvolvimento de uma região. Brandão (2007) argumenta que a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional podem ser considerados limites estruturais, que colocados à regulação local são subestimados. Para Joyal (2014), numa estratégia de desenvolvimento local o Estado interfere junto com outros atores chamados a colaborar dentro de um quadro de intervenção participativa. Essa proximidade, segundo Amaral Filho (2008), permite melhor identificação dos problemas e soluções de uma localidade e oferece uma melhor avaliação da política pública, pelo beneficiário, já que a ele é permitido interação e oportunidade de cobrança sobre o poder público local.

Essa estratégia de aproximação se deve principalmente pela crise financeira da administração pública ao ampliar a oferta de serviços e equipamentos públicos em grande escala, para acompanhar o processo de globalização e abertura dos mercados nacionais. Esses fenômenos têm estimulado o deslocamento espacial dos investimentos, geralmente para regiões mais afastadas dos territórios metropolitanos e desenvolvidos, o que tem favorecido e reforçado iniciativas de desenvolvimento local e de suporte ao empreendedorismo (AMARAL FILHO, 2008).

As decepções com as políticas governamentais, o enfraquecimento dos serviços públicos e as taxas de desempregos persistentes provocam reação da coletividade, que criam os meios de se organizar socialmente e produtivamente. A organização político-administrativa promove a parceria público-privado e permite múltipla participação de atores no processo de discussão, decisão, planejamento, empreendedorismo e intervenção no território. A informação necessária para a promoção dos vários projetos de desenvolvimento se encaminha para uma rede decisória, denominada rede de parcerias. A dinâmica entre os atores é capaz de promover o acúmulo de capital e aprendizagem. (JOYAL, 2014; AMARAL FILHO, 2008).

Para criar um processo dinâmico de endogeneização do excedente econômico local e atrair excedentes de outras regiões, uma política de investimento em capital físico não será

suficiente. Ela deverá estar no contexto de uma estratégia global de desenvolvimento da região para ampliar as atividades econômicas, o emprego, a renda, entre outros. Isso evitará a formação de enclaves ou a aglomeração de indústrias desprovidas de coerência interna nas suas interconexões (AMARAL FILHO, 2001).

Segundo Ferrera de Lima e Alves (2012), políticas que envolvem as questões sociais devem considerar as disparidades de renda, a qualidade de vida e a capacidade da sociedade local em estabelecer sinergias que conduzam ao processo de desenvolvimento socioeconômico ao longo do espaço e do tempo. Caso contrário, os autores citam o problema das migrações intrarregionais e inter-regionais que transferem o capital humano entre as localidades, e no caso das regiões que sofrem com o êxodo demográfico, poderão perder capital humano e consumidores potenciais. Isso pode causar o declínio da economia local.

Os autores citados nesta seção convergem no entendimento de que os agentes locais são a peça-chave para o desenvolvimento regional. No entanto, o processo somente acontece se esses agentes perceberem as oportunidades derivadas das alterações no meio ambiente ou da aquisição de conhecimentos. Por causa disso, North (2006) esclarece que o processo de mudança é gradativo e mudar depende do que os agentes decidiram adotar para atuar.

O DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DE OURO VERDE DO OESTE - PR

Apesar da hipótese de dependência econômica em relação à Toledo, Ouro Verde do Oeste tem apresentado um crescimento de 54% no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), nos últimos trinta anos do Censo Demográfico. No ano de 1991, esse indicador era no valor de 0,460, passando em 2000 para 0,690 e, conforme ilustrado no Quadro 1, em 2010 cresceu para 0,709. De acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), esse valor é classificado como alto.

Quadro 1 - Dados socioeconômicos de Ouro Verde do Oeste

Características	Valor	
População – 2010	5.952	habitantes
Área	293,042	Km ²
População Urbana – 2010	70,96	%
População Rural – 2010	29,04	%
População Economicamente Ativa - PEA – 2010	2.890	peessoas
População Ocupada - PO – 2010	2.799	peessoas
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - 2010	0,709	

Características	Valor
Pessoas extremamente pobres 2010 ¹	1,39 %
Pessoas pobres – 2010	5,51 %
Pessoas vulneráveis à pobreza – 2010	23,05 %
Pessoas ≥ 18 anos sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	37,93 %

Fonte: IBGE (2014), Ipardes (2014), PNUD (2014).

Como pode ser verificado no Quadro 1, a população do município concentra-se no meio urbano (70,96%) e a que reside na zona rural (29,04%), em sua maioria, desenvolve atividades urbanas. A população ocupada representa 96,8% da população economicamente ativa, porém, tomando como base a população total, verifica-se que quase 50% das pessoas não estão inseridas no mercado de trabalho ou à procura de emprego para exercer algum tipo de atividade remunerada. Esse resultado pode significar uma necessidade de programas de transferência de renda ou algum tipo de assistencialismo do Estado.

Tabela 1 - Estabelecimentos e emprego em Ouro Verde do Oeste – 2006 a 2012

ANO	Nº UNIDADES LOCAIS	POPULAÇÃO OCUPADA ASSALARIADA	POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL	SALÁRIO MÍNIMO MÉDIO
2006	88	441	447	2
2007	95	466	521	2,1
2008	121	436	502	2,2
2009	119	484	582	2,2
2010	139	526	687	2,1
2011	113	552	672	2,1
2012	127	513	663	2

Fonte: IBGE (2014).

A Tabela 1 descreve o número de estabelecimentos locais do município e a variação da população ocupada, em que se verifica um aumento de 44% no número de unidades locais no período entre 2006 e 2012 e apenas 16,3% no número da população ocupada assalariada.

Em análise das principais variações no período, nota-se que em 2010 ocorreu uma oscilação positiva importante no número de unidades locais de 58% em relação ao ano de 2006. Era de se esperar que houvesse essa mesma variação percentual no volume da população ocupada total, mas ela foi de aproximadamente 35%.

No tocante à população ocupada assalariada, a proporção em relação ao número de unidades locais nos anos de 2008 e 2010 ficou abaixo da média do período. Isso não ocorreu

¹Para calcular a extrema pobreza, a PNUD computou o número de pessoas que apresentam uma renda inferior a US\$ 1 por dia, segundo o que a ONU estabeleceu como meta para reduzir a pobreza e a fome constante nos 8 objetivos do milênio (ODM). Equivale a R\$ 2,39 por dia ou R\$ 71,70 por mês, em 30/10/2014.

com a população ocupada total, o que significa 150 pessoas estarem enquadradas como não assalariadas. Levando em consideração o rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios urbanos particulares permanentes do município de R\$ 500,33 e o rural de R\$ 510,00 (70% do salário mínimo nacional vigente), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), essas pessoas obtêm remuneração muito baixa.

Característica a ser destacada é que 75% da População Ocupada não estão empregadas nos estabelecimentos de Ouro Verde do Oeste, pois o total dessa população no município em 2010 é de 2.799 pessoas (Quadro 1) e os estabelecimentos empregam 687 pessoas no mesmo ano (Tabela 1).

A vulnerabilidade é outro fator que chama a atenção, porque apesar de 1,39% das pessoas serem classificadas como extremamente pobres (Quadro 1) e ser um valor abaixo da média nacional, que em 2012 é de 3,5%, 61% da população está enquadrada como em situação de pobreza, sem o ensino fundamental e em ocupação informal.

Em entrevista com lideranças do município, foi comentado que os empresários não se sentem encorajados a investir em grandes projetos. Existe a insegurança quanto às vendas ou mudanças no mercado que possam promover o crescimento das empresas e o retorno do capital investido (KEHL, 2014). Assim, os salários são mantidos baixos e existe pouca possibilidade de ascensão profissional nas empresas, principalmente o fato da maioria serem organizações de gestão familiar.

Complementarmente aos dados aqui analisados, utiliza-se neste trabalho o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que foi criado em 2008 com o propósito de servir de base para o monitoramento do desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. Na próxima seção será realizada uma análise desse indicador para a Microrregião Geográfica Toledo.

Desempenho do índice FIRJAN

O Índice FIRJAN é um indicador que pondera três áreas conhecidas relacionadas ao desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Possui periodicidade anual, recorte municipal e cobertura nacional, utilizando estatísticas públicas oficiais dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde.

O índice varia de 0 a 1, conforme as classificações definidas no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação de desenvolvimento do IFDM

IFDM	Classificação de Desenvolvimento
0 e 0,4	Baixo
0,4 e 0,6	Regular
0,6 e 0,8	Moderado
0,8 e 1,0	Alto

Fonte: FIRJAN (2014).

O índice Emprego&Renda foi construído com o objetivo de captar tanto a conjuntura econômica quanto as características estruturais do mercado de trabalho do município. Para isso, utilizou a taxa de crescimento do emprego formal e a renda média, referentes ao ano-base e último triênio, a formalização do mercado de trabalho local, o Gini da renda e a massa salarial.

A variável Educação é composta por seis indicadores (Quadro 3) e construída para captar a oferta de educação infantil e a qualidade do ensino fundamental nas escolas públicas e privadas. O IFDM Saúde tem foco na saúde básica e contempla indicadores cujo controle é de competência municipal. Eles foram divididos em quatro categorias principais que procuram identificar ineficiências na forma de atendimento à saúde no município (Quadro 3).

Quadro 3 – Indicadores do IFDM Educação e Saúde

Indicador	Variável	Peso	
Educação	Educação Infantil*	Atendimento: % matrículas em creche e pré-escolas / Total crianças de 0 a 5 anos	20%
		Distorção de idade: % alunos acima idade recomendada	10%
	Ensino Fundamental**	% docentes com curso superior	15%
		Média horas-aulas diárias ofertadas para os alunos	15%
		Taxa de abandono	15%
		Grau absorção de conteúdo pela média do IDEB	25%
	Saúde	% de gestantes com mais de seis consultas pré-natal	25%
Taxa de óbito de menores de 5 anos por causas evitáveis		25%	
Óbito de causas mal definidas		25%	
Internações Sensíveis à Atenção Básica		25%	

Fonte: FIRJAN (2014)

*foco quantitativo

**foco qualitativo

Para este estudo foram selecionados os municípios pertencentes à Microrregião Geográfica (MRG) Toledo e extraídos das planilhas da FIRJAN os valores do IFDM que agregam as três dimensões (Emprego & Renda, Educação e Saúde), referentes aos períodos entre 2005 e 2011 (Tabela 2).

Tabela 2 – IFDM Geral da MRG Toledo – 2005 a 2011

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Assis Chateaubriand	0,6715	0,6558	0,6707	0,6735	0,7004	0,7075	0,7072
Diamante D'Oeste	0,5497	0,5899	0,6442	0,5708	0,5356	0,6435	0,6731
Entre Rios do Oeste	0,6751	0,6971	0,7148	0,6620	0,7359	0,7282	0,7180
Formosa do Oeste	0,5795	0,6264	0,6140	0,6256	0,6682	0,6826	0,7073
Guaíra	0,5519	0,5289	0,5231	0,5159	0,5764	0,5645	0,5841
Iracema do Oeste	0,6093	0,5964	0,6469	0,6088	0,6546	0,6452	0,6742
Jesuítas	0,5759	0,5982	0,6504	0,6351	0,6774	0,6543	0,6827
Marechal Cândido Rondon	0,7689	0,7390	0,7705	0,7330	0,7291	0,7337	0,7511
Maripá	0,6971	0,7063	0,7090	0,6830	0,7311	0,7267	0,7242
Mercedes	0,7006	0,6902	0,6919	0,6557	0,7130	0,6818	0,7470
Nova Santa Rosa	0,6937	0,6920	0,6906	0,6908	0,7012	0,7089	0,6864
Ouro Verde do Oeste	0,5891	0,5907	0,5912	0,5550	0,6342	0,6207	0,6372
Palotina	0,7261	0,6648	0,7598	0,7571	0,7756	0,7555	0,7770
Pato Bragado	0,7384	0,7352	0,7641	0,7251	0,8133	0,8086	0,7032
Quatro Pontes	0,6508	0,5880	0,5500	0,6031	0,6675	0,6876	0,7178
Santa Helena	0,6690	0,6369	0,4808	0,4690	0,5000	0,6808	0,7593
São José das Palmeiras	0,6761	0,6724	0,6365	0,5719	0,6898	0,7115	0,6759
São Pedro do Iguaçu	0,5338	0,5541	0,5978	0,5612	0,5951	0,5390	0,5690
Terra Roxa	0,6397	0,6601	0,6503	0,6374	0,6653	0,7893	0,6750
Toledo	0,7636	0,7494	0,7542	0,7599	0,7647	0,7893	0,8089
Tupãssi	0,6608	0,6614	0,6378	0,6350	0,6400	0,6778	0,6467
Mesorregião Toledo	0,6534	0,6492	0,6547	0,6347	0,6747	0,6922	0,6964
IFDM BRASIL	0,6136	0,6581	0,6637	0,6885	0,6982	0,7192	0,7320

Fonte: Dados selecionados a partir de FIRJAN (2014).

O IFDM geral mostra que sete municípios da MRG Toledo (33%), incluído Ouro Verde do Oeste, obtiveram valores menores do que a média nacional durante todo o período analisado e apenas Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina estiveram acima dessa referência, considerados de classificação moderada.

Para compreender qual dimensão apresenta menor desempenho e, conseqüentemente, provoca a redução do IFDM Geral, a análise desagregada se torna fundamental. No que diz respeito ao IFDM Educação, houve crescimento dos indicadores em 11,7% para Ouro Verde do Oeste, maior do que a MRG Toledo, que foi de 7,9%. A média desse índice no período foi maior do que a nacional e considerada de desenvolvimento moderado.

Em relação ao IFDM Saúde, verificou-se que ocorreu oscilação positiva no período analisado de 8,9% para o município de Ouro Verde do Oeste, 14,7% no âmbito nacional e 9,2% na MRG Toledo. O primeiro apresentou o valor de 0,6285 em 2005 sofrendo oscilações

negativas nos anos de 2006 a 2008, com IFDM médio na área de 0,5460 naqueles anos. A recuperação ocorreu em 2009 e se manteve até 2011, considerada de classificação moderada.

O IFDM saúde nacional foi de 0,6441 em 2005, de 0,7387 em 2011 e na MGR Toledo os valores foram de 0,6667 em 2005 e de 0,7281 em 2011, com crescimento ano a ano e diferente das oscilações negativas observadas no Município de Ouro Verde do Oeste.

A média do IFDM Emprego&Renda no período para Ouro Verde do Oeste foi de 0,4812 (Tabela 3), no limite entre ser classificado como desenvolvimento baixo para regular. Esse valor para o Brasil foi de 0,6893 e para a MRG Toledo 0,5401, o que demonstra a baixa atração e/ou retenção de pessoas para o mercado de trabalho em Ouro Verde do Oeste. Ao comparar o IFDM médio do Município de Toledo para o mesmo período, de 0,815, constata-se que o problema de Ouro Verde do Oeste pode ser potencializado.

Tabela 3 – IFDM Emprego&Renda para o município de Ouro Verde do Oeste – 2005 a 2011

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Assis Chateaubriand	0,5397	0,5081	0,5070	0,5176	0,5329	0,5419	0,5652
Diamante D'Oeste	0,5016	0,5663	0,4936	0,3926	0,2390	0,4874	0,5482
Entre Rios do Oeste	0,6032	0,5997	0,5866	0,5153	0,6983	0,6810	0,6250
Formosa do Oeste	0,4254	0,4894	0,4518	0,3982	0,4730	0,5123	0,4908
Guairá	0,5628	0,4998	0,4355	0,4236	0,5662	0,5522	0,5651
Iracema do Oeste	0,4881	0,4521	0,4473	0,3816	0,5259	0,4650	0,4489
Jesuítas	0,3438	0,3569	0,4332	0,3727	0,4675	0,4481	0,4866
Marechal Cândido Rondon	0,8335	0,7488	0,8149	0,7263	0,7005	0,7195	0,7202
Maripá	0,4449	0,4896	0,4662	0,4409	0,5601	0,5314	0,5215
Mercedes	0,5747	0,5573	0,5378	0,4038	0,5446	0,4653	0,5676
Nova Santa Rosa	0,5865	0,6002	0,5644	0,5527	0,5374	0,5765	0,5204
Ouro Verde do Oeste	0,4476	0,5138	0,4701	0,4163	0,5743	0,4909	0,4554
Palotina	0,7342	0,5553	0,7731	0,7374	0,7719	0,7142	0,7229
Pato Bragado	0,6478	0,6094	0,6584	0,4706	0,7261	0,7093	0,6209
Quatro Pontes	0,5989	0,5406	0,5006	0,5713	0,5981	0,6477	0,7121
Santa Helena	0,5519	0,4670	0,3695	0,2976	0,3614	0,4263	0,6350
São José das Palmeiras	0,5164	0,4914	0,4324	0,2661	0,5005	0,4705	0,4386
São Pedro do Iguaçu	0,4522	0,4676	0,4581	0,3661	0,4652	0,3099	0,4659
Terra Roxa	0,6187	0,6594	0,4106	0,4184	0,3904	0,6090	0,6763
Toledo	0,8779	0,8419	0,7917	0,8064	0,7702	0,7946	0,8228
Tupãssi	0,4525	0,5269	0,4415	0,4576	0,4043	0,4972	0,4106
MRG Toledo	0,5620	0,5496	0,5259	0,4730	0,5432	0,5548	0,5724
BRASIL	0,6011	0,7159	0,6675	0,6987	0,6942	0,7261	0,7219

Fonte: Dados selecionados a partir de FIRJAN (2014).

A MRG Toledo apresentou variação positiva de 1,8% no período para o IFDM Emprego & Renda. Isolado, o Município de Ouro Verde do Oeste apresentou um crescimento de 1,7%, enquanto que a variação nacional foi de 20,1% (Tabela 3).

Em 2007, os índices sofreram queda no âmbito nacional, mas em 2008 se recuperou e continuou a aumentar até 2011. Na MRG Toledo a recuperação só ocorreu em 2008 e continuou até o último ano de análise. Já Ouro Verde do Oeste recuperou-se em 2009 e ao contrário da tendência microrregional e nacional, declinou e perdeu desempenho até 2011.

Constata-se, portanto, que a variável Emprego&Renda demanda maior atenção no sentido de serem estabelecidas ações para promover o desenvolvimento econômico e social do município de Ouro Verde do Oeste.

Existem maneiras para dinamizar essa variável que são muito discutidas no âmbito da abordagem de desenvolvimento local. Segundo Amaral Filho (2008), o desenvolvimento local é uma estratégia que tem como objetivo buscar, por meios endógenos, a inserção no desenvolvimento regional, estadual, nacional e até internacional. Para compreender essa estratégia, na próxima seção serão abordados alguns de seus conceitos e definições.

ELEMENTOS DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO PARA A AUTONOMIA LOCAL

De acordo com Amaral Filho (2001, p. 281), “o desenvolvimento regional endógeno não deve ser visto como um modelo apriorístico nem como um sistema fechado em sua própria carapaça”. Esse conceito demonstra uma inter-relação existente entre os agentes locais com as outras instâncias no âmbito nacional, inclusive com as condições da política macroeconômica e o sistema político-administrativo. A articulação é necessária no sentido de evitar perda de dinamismo pelo isolamento do local.

Shumpeter (1985) explica que uma localidade não está livre da perda de dinamismo econômico, porque o ciclo de vida das coisas está ligado à natureza. Assim, os atores e os protagonistas locais devem procurar continuamente novos fatores e novas combinações para a produção. Na visão de Shumpeter (1985, p. 58) esses agentes são os empresários, “um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos”.

Nesse sentido, Shumpeter (1985) vê o empresário como o agente inovador, porque produz de maneira diferente, incorpora novas técnicas de produção e organização industrial por meio de novas combinações dos recursos produtivos. Para o autor, essas “novas

combinações” são determinadas como: a introdução de um novo bem; a introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; nova fonte de matéria-prima; e uma nova organização industrial.

Para que um ambiente seja favorável à criação de fatores endógenos dinamicamente competitivos, é fundamental que exista o esforço conjunto dos agentes locais (governo local e setor produtivo) e instituições intermediárias. O planejamento que incorpora a articulação entre esses atores, cujo conteúdo contempla estratégias de longo prazo, será capaz de fortalecer e tornar sustentável o desenvolvimento local.

Diante dessas afirmações, a seguir serão enumeradas as principais estratégias existentes em Ouro Verde do Oeste, estabelecidas para promover o desenvolvimento local. Após, são discutidos alguns mecanismos que as complementem e sirvam de auxílio para o desenvolvimento local sustentável.

Programas, projetos promovidos e apoiados pelo governo municipal de Ouro Verde do Oeste - PR

A partir de entrevistas realizadas no mês de novembro de 2014, com algumas lideranças locais, foram levantados os principais programas e projetos que a comunidade desenvolve. Neste trabalho eles estão divididos em áreas de atuação: Social, Esporte e Saúde, Indústria e Comércio, Meio Ambiente, Organização Social e Produtiva.

Projetos Sociais

Em parceria com o Instituto de Pesquisas Paniel, a administração municipal está realizando o Projeto de Diagnóstico Social, cujo objetivo é identificar a vulnerabilidade e as demandas sociais do município nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, abordando temas, como: criança e adolescente, idoso, mulher e portadores de necessidades especiais.

Outro projeto é o de recursos para a construção, desenvolvido pelo governo municipal e que atende 50 famílias por ano com a doação de materiais para a construção e manutenção/repares de moradias, no valor de até R\$ 1.500,00. O objetivo do projeto é oferecer melhores condições de moradia para a população, tendo em vista a falta de recursos para a construção de habitações populares. Nos últimos dois anos, o governo municipal entregou 43 moradias populares, mas ainda não é suficiente para atender toda a demanda (PAVAN, 2014).

Ainda como forma de apoio às famílias, a Prefeitura Municipal disponibiliza instalações e profissionais para atuar com 140 vagas na creche municipal destinadas às crianças de famílias cadastradas previamente, moradoras no município (PAVAN, 2014).

Em 2013, foram realizados 21 cursos de capacitação profissional aos munícipes e a meta para 2015 é oferecer 25 cursos. Alguns deles aconteceram em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Ouro Verde do Oeste, na Vila Rural, com foco na produção de frutas e hortaliças e também no cultivo de plantas medicinais. No período da pesquisa, nas sextas-feiras ocorre a feira do produtor rural no centro da cidade, promovida pela administração municipal, em que os produtores rurais recebem espaço e permissão para comercializar seus produtos.

Existe projeto a ser aprovado para a compra de máquinas e equipamentos para o cultivo de plantas medicinais e hortaliças (PAVAN, 2014).

Programas de Esporte e Saúde:

O Programa de Apoio ao Esporte fomenta a prática de atividades esportivas por meio de bolsas-auxílio para estudantes esportistas do município, que comprovem assiduidade na escola. Também promove a participação de Ouro Verde do Oeste em competições de nível regional, estadual e nacional (KEHL, 2014).

A Prefeitura mantém o Médico da Família, para a assistência médica às famílias em seus domicílios. Além de ampliar os atendimentos, esse profissional dissemina os conceitos da prevenção, ferramenta indispensável para tornar o setor mais eficiente e menos dispendioso (PAVAN, 2014). Adicionalmente, é mantido o programa de fornecimento de medicamentos gratuitos para a população, em parceria com o Governo Federal.

A Associação de Amigos e Amparo aos Idosos, o Grupo AMAIS, é uma entidade bastante atuante no município e recebe o apoio das secretarias municipais de Saúde, de Educação, Cultura e Esporte e da ACIOV para a realização de atividades periódicas voltadas para o cuidado da saúde do idoso e esportes.

Projetos para a Indústria e Comércio

A gestão municipal está negociando área de 48 mil m² para a implantação do distrito industrial. Já estão instalados um abatedouro municipal de animais, a unidade de fabricação de ração da empresa Algomix Agroindustrial, uma unidade de entrega da Coamo

Agroindustrial Cooperativa e uma unidade da Plantar Comércio de Insumos. Está sendo articulada a instalação de duas unidades produtivas importantes no município, um frigorífico de peixes e um laticínio, que irão promover mais emprego e renda para a população e arrecadação para o município (PAVAN, 2014).

Conforme Pavan (2014), com o propósito de promover melhorias na genética do rebanho leiteiro, o governo municipal fez a entrega de resfriadores para os pecuaristas do município e por meio de Termo de Cooperação com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) são oferecidos serviços para a comunidade rural de Ouro Verde do Oeste.

Para a produção leiteira foram instalados mais de 50 equipamentos, entre resfriadores e ordenhadeiras, fornecidos pela EMATER. Além disso, o instituto executa serviços com tratores e ensiladeiras nas atividades de silagem e feno. Para a pecuária, a EMATER presta serviços de inseminação artificial, fornece os botijões criogênicos e o produtor participa do processo fornecendo o sêmen de seus animais (BERTOLINI, 2014).

Quanto às atividades do comércio, em entrevista com lideranças se verificou que muitas vezes a remuneração recebida por esses trabalhadores são gastas fora do comércio de Ouro Verde do Oeste. Provavelmente isso se deve à grande parte da População Economicamente Ativa estar empregada fora do município.

Segundo o presidente da Associação Comercial e Industrial de Ouro Verde do Oeste (ACIOV), com o intuito de atrair consumidores para o comércio local e oferecer oportunidades para que eles percebam a competitividade dos preços pelos quais os produtos são comercializados localmente, os empresários se organizaram para oferecer premiação diferenciada nas comemorações natalinas de 2014 (KEHL, 2014).

Programas para a preservação do Meio Ambiente:

O Programa Cidade Limpa foi implementado no município como o propósito de coletar os entulhos (material de construção, galhos, etc.) e com o intuito de preservar a limpeza da cidade e separar materiais inertes do lixo comum. A administração municipal adquiriu caçambas que serão utilizadas para a coleta desse material e são colocadas gratuitamente à disposição dos munícipes a partir de agendamento. Como forma de disciplinamento, será aplicada multa caso sejam jogados entulhos nas calçadas e nas ruas (PAVAN, 2014).

Ouro Verde do Oeste faz parte do Programa Cultivando Água Boa, promovido pela Itaipu Binacional. A gestão municipal assinou em 2013 o Pacto das Águas pelo qual se compromete em desenvolver os trabalhos propostos no documento, que é o de adequar o cascalhamento das estradas, construção de cercas de proteção da mata ciliar, abastecedouros dentro do perímetro do distrito e distribuidores de dejetos líquidos, bem como zelar pelo meio ambiente. O montante de recursos do Pacto das Águas é de R\$ 1.213.330,00, com contrapartida do município de aproximadamente 45% do valor total (PAVAN, 2014).

Conforme o prefeito explicou, 80% da área das bacias hidrográficas e 100% das estradas do município estão adequadas ao Programa Cultivando Água Boa, sendo o local indicado como referência de boas práticas.

Organização Social e Produtiva

A organização social e produtiva tem esta seção reservada com o propósito de evidenciar a importância da participação dos setores da sociedade nas tomadas de decisão para o desenvolvimento local, no sentido de que suas necessidades sejam entendidas e transformadas em políticas públicas.

A ACIOV é entidade que representa os empresários locais há 24 anos. Sua sede está construída em terreno cedido por regime de comodato pela Prefeitura Municipal de Ouro Verde do Oeste. A diretoria atual é presidida pelo Sr. Jones Ironi Kehl e as instalações são para o uso administrativo e social, sendo alugadas para diversos eventos.

A ACIOV possui 39 empresas associadas, representando 49% do número de potenciais associados (KEHL, 2014). As principais ações da associação são cursos de capacitação profissional para os empresários e campanhas de vendas para o comércio local. As três maiores empresas do município, a Algomix, a Coamo e a Cerealista Plantar participam como associadas e, juntamente com a cooperativa de crédito Sicredi Oeste PR, são parceiras na maior parte das campanhas realizadas para o comércio.

Mecanismos para o desenvolvimento local

Com as ações relatadas na seção 4.1, os elementos apontados na seção 3 para dinamizar o emprego e renda e levando em consideração o problema relacionado ao Índice FIRJAN Emprego & Renda, discutido na seção 2.1, foi possível discutir alguns mecanismos para o desenvolvimento local de Ouro Verde do Oeste.

Os mecanismos abordados nesta seção são adaptados de alguns pressupostos que Ferrera de Lima e Alves (2012) apontam para a integração das economias locais, considerados pertinentes para esse trabalho.

Autonomia decisória local e sincronia intersetorial/territorial

A autonomia decisória local depende das relações intersetoriais e territoriais apontadas por Amaral Filho (2001), ou seja, o relacionamento interdependente entre o setor produtivo local, o ambiente e o contexto local. A preocupação está nos fluxos dos produtos e serviços, do capital, da mão de obra e da população.

A especialização local promove a produção e prestação de serviços diferenciados, melhores salários e, conseqüentemente, maior atração de mão de obra e capital. Esses fatores aumentam a qualidade de vida e o sentimento de pertencer da população e provoca um círculo virtuoso de crescimento, levando à autonomia local. Especializar-se significa melhorar a qualidade dos produtos e serviços e adquirir perspicácia superior para se adaptar às mudanças do ambiente. Esse propósito é atingido com o processo de aprendizagem, que pode ser conseguido por meio da educação formal e/ou a experiência adquirida pela história.

Uma das principais dificuldades para os empresários do comércio de Ouro Verde do Oeste é atrair mão de obra qualificada e isso se deve à falta de investimentos para ampliar e/ou modernizar seus negócios. Segundo Kehl (2014), esse problema é consequência da baixa perspectiva de aumento nas vendas.

As afirmações acima demandam projetos, cujo conteúdo será tratado a seguir.

Em localidades próximas às instituições de ensino superior, a principal preocupação dos gestores públicos é oferecer meios de acesso e locomoção da população para obterem formação profissional. Próximo à Ouro Verde do Oeste estão presentes pelo menos cinco instituições de ensino superior e pesquisa e, entre elas, duas são públicas. Os seus benefícios podem ser alcançados por meio do diálogo entre os empresários, governo municipal e as instituições de ensino, no sentido de serem ofertados cursos que atendam às necessidades locais, bem como a realização de parcerias, efetivadas por meio de termos de cooperação para a realização de projetos específicos à promoção do aprendizado, baseado nas aptidões locais.

Esse processo coincide com a prescrição feita por Joyal (2014) para o desenvolvimento local, em que o Estado, juntamente com outros atores, reúne esforços num quadro de intervenção participativa. Segundo o autor, essa dinâmica entre os atores é capaz de

promover o acúmulo de capital e aprendizagem e resolver o problema de atração de investimentos e mão de obra.

Em relação à sincronia intersetorial/territorial, é importante observar que a região Oeste tem como característica a existência de pequenas propriedades rurais. A produção nessas localidades geralmente é voltada para a subsistência ou comercializada em pequena escala. Promover o cultivo de produtos diferenciados que expressem a aptidão local, como orgânicos, medicinais, entre outros, pode ser o impulso para o desenvolvimento local, pois, de acordo North (2006), os agentes locais devem perceber as oportunidades a partir daquilo que conhecem.

Por possuir áreas com reservas naturais, a forma alternativa de gerar riqueza para o município, objeto deste estudo, é o planejamento do turismo rural voltado às particularidades que a natureza oferece, assim como a cultura e costumes da região.

Portanto, desenvolver projetos que valorizem a aptidão local é fundamental para manter as pessoas engajadas nas atividades produtivas. Para isso, o primeiro passo é fazer um diagnóstico da realidade local e propor soluções para políticas públicas que contemplem os requisitos necessários para promover o que Shumpeter (1985) aponta como “novas combinações” dos recursos produtivos.

No entanto, o aumento da produção e renda dependerá das relações que o setor tiver com outros setores complementares, a montante e a jusante, na cadeia produtiva e essa integração deverá ser tratada no âmbito das políticas públicas. De acordo com Ferrera de Lima e Alves (2012), nesse processo é que se conhecerá o quanto os agentes econômicos estão dispostos e capazes de se integrar.

Capacidade de captação e reconversão do excedente econômico

A capacidade de captação e reconversão do excedente econômico local depende da existência de crescimento econômico, advindo do aumento da capacidade de agregação de valor sobre a produção local, da capacidade de absorção do excedente econômico gerado localmente e a atração dos gerados em outras localidades. O resultado disso é a ampliação do emprego, do produto e da renda local (AMARAL FILHO, 2001).

Esse processo exige investimentos, por isso, a criação de fundos municipais para esse propósito é uma das alternativas para aumentar a capacidade produtiva de algumas localidades. Em entrevista, o prefeito municipal mencionou a dificuldade em atender as

demandas para instalações de indústrias no município, tendo em vista a falta de recursos financeiros para a contrapartida necessária (PAVAN, 2014).

Os fundos municipais são oriundos de parcela de impostos arrecadados e são geridos por autarquia vinculada à administração pública municipal. Uma alternativa de captação de recursos para financiamento são as agências multilaterais de desenvolvimento, organismos com representantes de vários países, criados para financiar projetos de desenvolvimento ou para ajudar a nações em dificuldade financeira. Os exemplos mais conhecidos são o Fundo Monetário Nacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Essas agências têm o papel de financiar projetos de impacto sobre o desenvolvimento econômico e social, muitos deles para obras de infraestrutura, principalmente em países emergentes. As agências exigem a contrapartida financeira e estabelecem critérios socioambientais, além de outras exigências, por isso a importância da participação do município em programas ambientais e a criação do fundo de investimento municipal.

Outra forma de captação de recursos é por meio das agências de fomento. Um exemplo é a Fomento Paraná, instituição financeira de economia mista com capital social majoritariamente pertencente ao Estado do Paraná. Ela possui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Paraná (SFM), que disponibiliza recursos para financiar obras de infraestrutura (pavimentação de ruas e construção de equipamentos públicos, como creches, escolas, quadras esportivas e barracões industriais). Também existe o Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras (PROMAP), que financia a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios.

Para os empresários interessados em investir no município, a Fomento Paraná fornece apoio financeiro à modernização e ampliação das atividades de pequenas e médias empresas e micro e pequenos empreendedores, rural ou urbano.

Explorar os pontos fortes das empresas locais e combater as suas fragilidades é essencial para o aquecimento do mercado local. Para isso, parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma opção para os empresários revisarem seus planos de negócios e implantar ações estratégicas baseadas nas oportunidades reveladas.

O Sebrae é uma entidade privada sem fins lucrativos, que possui vários produtos para apoiar as micro e pequenas empresas. Eles articulam junto aos bancos, cooperativas de crédito e instituições de microcrédito a criação de produtos financeiros que sejam mais adequados às necessidades do segmento. Também possuem fundos para fomentar eventos de promoção ao

empreendedorismo e inovação, sendo uma especial fonte de recursos financeiros para a atuação de associações comerciais e industriais no sentido de desenvolver projetos na comunidade.

Projetos de parcerias entre o governo municipal, associações, instituições de ensino e entidades de promoção ao empreendedorismo e inovação é uma estratégia destacada por Amaral Filho (2008) como estímulo ao deslocamento espacial dos investimentos. Ela é factível e gera bons resultados para o meio empresarial local. Desses esforços podem ser criadas sinergias entre as empresas, que passam a cooperar entre si para atingir determinados objetivos, fortalecendo a aprendizagem coletiva. Esse fenômeno é conhecido na literatura como Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Percepção coletiva de pertencer ao local.

Decidir sobre as questões locais evoca o sentimento de pertencer. Uma estratégia para instigar a percepção coletiva e o senso de pertencer é a criação de conselhos comunitários e municipais. Nesses fóruns, questões sobre o desenvolvimento econômico, social e ambiental é tema constante de discussões, o que permite o desenvolvimento do aprendizado coletivo. Na composição desses conselhos devem listar, além da administração municipal, representantes de agências, secretarias, setores produtivos e instituições de ensino, entre outros interessados ao propósito pelo qual eles são criados.

Na gestão do fundo de investimentos, o conselho ou fóruns de desenvolvimento tem papel fundamental, no sentido de legitimar as decisões do governo local pelo processo democrático e participativo da sociedade.

Baseado no que Joyal (2014) e Amaral Filho (2008) esclarece sobre a organização político-administrativa, fortalecer as iniciativas conjuntas entre o governo municipal e as associações comunitárias, empresariais e industriais torna-se fator essencial para a promoção do desenvolvimento local. O incentivo à participação nessas entidades permite à comunidade maior interação com as atividades e ações locais permitindo melhor resolução para problemas. Para isso, a formação de projetos nucleados por setores organizados pela ACIOV e discutidos no âmbito comunitário tornam-se relevantes.

Os apontamentos aqui elencados vão de encontro ao que Haddad (2009) argumenta sobre a importância da formulação e implementação de políticas, programas e projetos promovidos pela sociedade local. Eles devem servir de guia para ações que levam à especialização local, ao aumento do emprego, do produto e da renda local, além de contribuir

para o processo de criação de identidade local. As estratégias devem possuir caráter contínuo e evolutivo para que possam promover o desenvolvimento local sustentável e fortalecer sua integração na economia regional.

CONCLUSÕES

Este artigo teve como objetivo analisar os fatores que afetam o desenvolvimento econômico e social do Município de Ouro Verde do Oeste (PR) e discutir sobre os mecanismos para fortalecer a sua inserção na economia regional.

Os dados do perfil socioeconômico observados demonstram que Ouro Verde do Oeste tem IDHM alto. No entanto, é importante salientar que quatro municípios, entre as dez primeiras colocações no melhor IDHM do Paraná, estão localizados na MRG Toledo. São eles: Quatro Pontes (3º), Marechal Cândido Rondon (8º), Palotina (9º) e Toledo (10º) (IBGE, 2014).

No relatório do Censo 2010, no que se refere aos indicadores sociais municipais, consta que a incidência de pobreza é maior nos municípios que possuem entre 10 mil a 50 mil habitantes. Por isso, pode-se afirmar que Ouro Verde do Oeste está inserido numa região com alto padrão de desenvolvimento humano e, pelo número de sua população não se enquadra no perfil de municípios que, em média, apresentam maiores índices de pobreza.

Apesar disso, neste estudo foi levantado que 23,05% da população de Ouro Verde do Oeste estão vulneráveis à pobreza e 37,93% sem educação no ensino fundamental e ocupada informalmente (Quadro 1). Também se constatou que o município apresenta um baixo rendimento salarial, o que motiva as pessoas a procurarem melhores salários nas empresas instaladas em Toledo.

Por meio de análise do IFDM do período entre 2005 e 2011, foi possível verificar que tanto na dimensão educação quanto na da saúde, o município tem mantido o crescimento dos índices e resultados acima dos encontrados no índice geral brasileiro. Porém, na dimensão Emprego&Renda não ocorreu o mesmo desempenho, pois esse índice variou muito no período, resultando em 2011 num valor de 0,4554, muito aquém do índice nacional que foi de 0,7219 e considerada de desenvolvimento regular, quase no limite de ser classificada como de baixo desenvolvimento. O fraco desempenho desse indicador fica evidente quanto se compara com o IFDM de Toledo que foi de 0,8228 (Tabela 3).

Por isso, o emprego e a renda são considerados fatores críticos para o desenvolvimento econômico e social de Ouro Verde do Oeste. Corroborando para essa constatação, em enquete

promovida no site da Câmara Municipal para saber o que a população achava que devia ser melhorado na cidade em 2013; 35,1% dos respondentes apontaram a oferta de empregos; 27% para infraestrutura e; 17,6% para segurança policial.

Os fatores aqui expostos podem ser resumidos como Brandão (2007) aponta como limites estruturais (política, conflitos, classes sociais, papel da ação estatal, nação e espaço nacional), que muitas vezes são subestimados ao se tratar da regulação local. Por isso, deixar de tratar os problemas econômicos de Ouro Verde do Oeste resulta no que Amaral Filho (2001), Ferrera de Lima e Alves (2012) ressaltam como entraves para o desenvolvimento endógeno: a falta de autonomia decisória local e sincronia intersetorial/territorial, a baixa capacidade de captação e reconversão do excedente econômico e a frágil percepção coletiva de pertencer ao local.

Para minimizar as fragilidades do município Ouro Verde do Oeste e fortalecer a sua inserção na economia regional, foram analisadas algumas estratégias de integração entre o governo municipal, os agentes locais, universidades e agências de desenvolvimento e fomento, conforme orientam Joyal (2014) e Amaral Filho (2008), como formas de promover o acúmulo de capital e aprendizagem. Essa integração tem o propósito de promover a sinergia entre os atores, criar ambiente favorável para a formação de Arranjos Produtivos Locais (APLS) e fórum de discussões sobre os assuntos e problemas locais.

Os apontamentos feitos neste trabalho são importantes para a elaboração de estratégias de desenvolvimento local e redução das desigualdades no território. No entanto, qualquer alternativa adotada dependerá de políticas públicas que envolvam as questões sociais, educacionais e econômicas para gerar resultados positivos no longo prazo, conforme sugerem Ferrera de Lima e Alves (2012). Por isso, trabalhos futuros são necessários no sentido de ser elaborado um diagnóstico, no qual sejam apontadas as aptidões locais e, a partir dele, sugeridas as estratégias necessárias para criar um ambiente favorável à promoção do acúmulo de capital e aprendizagem, além de servir como base para a tomada de decisões de políticas públicas.

Enfim, conclui-se que o envolvimento da comunidade nos processos decisórios do município dá a ela o empoderamento. Esse estímulo cria uma identidade local, o compromisso pela busca de melhores condições de vida e bem estar, corroborando para o que Shumpeter (1985) especifica como força motriz de fenômenos significativos e o que Ferrera de Lima e Alves (2012) defendem como valores intocáveis, que devem ser mantidos pelos grupos políticos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 261-286, 2001.
- _____. Globalização, transformações estruturais, desenvolvimento local e regional, um olhar sobre o Nordeste brasileiro. **Seminário Internacional** sobre “Trajetórias de Desenvolvimento Local e Regional: uma comparação entre as Regiões do Nordeste Brasileiro e a Baixa Califórnia (México)”. Fortaleza, 29-30 de outubro de 2008.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- BERTOLINI, G. O. **Entrevista concedida III**. (nov. 2014). Entrevistador: Sandra Regina da Silva Pinela. Ouro Verde do Oeste, 2014. (15 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo da autora.
- FERRERA DE LIMA, J. . Notas sobre os territórios na análise geoeconômica. **Publicatio UEPG**. Ciências Sociais Aplicadas, v. 19, p. 47-54, 2011.
- FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R. Mecanismos e Propostas Para Acelerar o Desenvolvimento Local e Regional no Paraná. In: RAIHER, A. P. (Org.). **Economia Paranaense: Crescimento e Desigualdades Regionais**. 1. ed. Ponta Grossa: UEPG, p. 205-232, 2012.
- FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal** - IFDM 2014, Ano base 2011. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 07 out. 2014.
- GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa. Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, Mai./Jun. 1995, p. 20-29.
- HADDAD, P. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 3, n. 03, p.119-146, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 out. 2014.
- _____. **Cidades. Municípios Brasileiros**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico: Município de Ouro Verde do Oeste**. 2010. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- JOYAL, A. **Desenvolvimento Local: Teoria e prática**. Université du Québec à Trois-Rivières. Disponível em: <https://oraprdnt.uqtr.quebec.ca/pls/public/gscw031?owa_no_site=68&owa_no_fiche=13>. Acesso em: 15 jun. 2014.
- KEHL, J. I. **Entrevista concedida I**. (nov. 2014). Entrevistador: Sandra Regina da Silva Pinela. Ouro Verde do Oeste, 2014. (45 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo da autora.
- MAANEN, John V. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface, In: **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, Dec./1999, p. 539-550.
- NORTH, D.. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.
- OLIVEIRA, L. V. N.; FERRERA DE LIMA, J.. Política nacional de desenvolvimento regional: Um processo em construção. In: ETGES, V. E.; AREND, S. **Cepal: leituras sobre o desenvolvimento latino americano**. Santa Cruz do Sul (RS): EdUnisc, p. 163-192, 2012.
- PAVAN, A. D. **Entrevista concedida II**. (nov. 2014). Entrevistador: Sandra Regina da Silva Pinela. Ouro Verde do Oeste, 2014. (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo da autora.

- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. 2013. Perfil Municipal de Ouro Verde do Oeste. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-do-brasil.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- ROESCH, S. M. A. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SCOTT, A. J. La poussée régionale: vers une géographie de la croissance dans les pays en développement. **Géographie, Économie et Société**. Paris, v. 05, n. 01 p.31-57, 2003.
- SORENSEN, T. The psychology of regional development. **Australasian Journal of Regional Studies**. v. 16, n. 01, p. 85-97, 2010.

NOTA DE AGRADECIMENTO

Agradecimento especial ao Colegiado do Curso de Tecnologia em Processos Químicos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)/Campus Toledo, pela concessão dos recursos físicos e permissão de horas permanência para a execução da pesquisa.

NOTAS

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. É Professora do Magistério Superior da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)/Campus Toledo. Foi Diretora de Relações Empresariais e Comunitárias da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)/Campus Toledo e membro do Conselho de Relações Empresariais e Comunitárias da UTFPR. Atuou como Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Toledo (COMDET). Endereço profissional: Rua Cristo Rei nº 19, Vila Becker, Toledo/PR, CEP 85902-490. E-mail: sandrapinela@utfpr.edu.br

² Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Québec (UQAC)/Canadá. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Bolsista e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação Araucária (PR). Atua na área de desenvolvimento regional e humano, com ênfase em economia dos territórios e desigualdades socioeconômicas. E-mail: Jandir.lima@unioeste.br